



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU**

LAURA COSTA FERREIRA

**O PROCESSO DE ENTRADA DE ESTUDANTES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS
NA UNILAB/CE.**

ACARAPE-CE

2019

LAURA COSTA FERREIRA

O PROCESSO DE ENTRADA DE ESTUDANTES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA
UNILAB/CE.

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr Jon Anderson Machado Cavalcante.

ACARAPE-CE

2019

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse as classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica”

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa traz como problema o processo de entrada e permanência de estudantes indígenas e quilombolas na Unilab/Ce. Abordaremos essa temática, pois no ano de 2017, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, por meio do Edital específico de nº 33/2017.2 abriu um total de 11 vagas para o Ceará, sendo que dessas vagas, 06 foram para indígenas e 05 para quilombolas, no curso de Licenciatura em Pedagogia. Esse estudo procura, portanto, entender como esses (as) estudantes indígenas e quilombolas, acompanham e vivem o acesso a essa universidade pública federal e os desafios pertinentes que enfrentam para permanecer na instituição. Além disso, visa também identificar o que os motivou a sair dos seus locais de origem para estar na universidade e descrever os acontecimentos mais significativos desde sua entrada. Refere-se a um estudo qualitativo e inovador em sua temática, empregando o delineamento da Pesquisa Narrativa, para destacar as histórias vividas por esses sujeitos. Como ferramentas de produção de informações utilizaremos a entrevista narrativa. Essa pesquisa pretende trazer à tona o debate sobre as ações afirmativas, juntamente com as Leis de acesso ao ensino superior às minorias sociais, no caso, indígenas e quilombolas.

Palavras-chave: Indígenas, Quilombolas, Universidade, Narrativas.

SUMÁRIO

1. Problematização	06
2. Objetivo	10
2.1 Objetivo Geral	10
2.2 Objetivos Específicos	10
3. Justificativa	11
4. Interlocuções Teóricas	14
4.1. Educação Superior no Brasil.....	14
4.2 Ações Afirmativas	17
4.3. Indígenas e Quilombolas na Educação Superior.....	18
5. Metodologia.....	21
5.1 Método de Pesquisa	23
5.2 Participantes e Local de Pesquisa	22
5.3 Procedimentos Metodológicos	24
5.4 Análise de Informações	25
5.5 Responsabilidade ética com a Pesquisa.....	26
Referências Bibliográficas	27

1. PROBLEMATIZAÇÃO

Como estudante do Curso de Bacharelado em Humanidades desde 2016, período em que ingressei na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), campus Ceará, sempre tive interesse acerca dos processos de entradas e permanência de estudantes vindos de comunidades indígenas e quilombolas no ensino superior.

A nossa visão com relação ao ingresso desses estudantes aguçou também a curiosidade no tocante à sua presença na universidade pública federal. Desse modo, a proximidade com alguns desses discentes quilombolas e indígenas, seja dentro da sala de aula, ou nos espaços físicos comuns da UNILAB, Ceará, proporcionou o surgimento da questão de como se dá a vivência de estudantes vindos dessas populações.

Diante das indagações acima, foi possível perceber no próprio cotidiano acadêmico que sim, é possível e pertinente, indígenas e quilombolas ocuparem esse espaço de produção de conhecimento que é a universidade. No entanto, esse entendimento ainda é pouco difundido, pois para Ratts (1995):

O senso comum da extinção dos índios e da ausência dos negros no Ceará foi intensamente reiterado como uma tradição regional que parece se perder no tempo. No entanto, a construção dessa invisibilidade pode ser investigada a partir da segunda metade do século XIX em processos políticos e na produção de intelectuais que privilegiaram certas versões da história de índios e negros nessa porção do território nacional que se constituiu como o Estado do Ceará. (RATTS, 1995, p.110).

A partir da compreensão da citação acima, podemos perceber que a invisibilidade social de índios e negros foi incentivada a partir do século XIX. A questão que se coloca é que, isso se deve ao fato de muitos cientistas sociais privilegiarem certa narrativa da história, ou seja, em vez da história ser contada com a participação ativa desses sujeitos, não o fizeram, e sim criaram uma nova versão. Essa invisibilidade não se vê somente no âmbito político como também no âmbito social e econômico.

Gustavo Motta (2018) traz uma discussão no seu texto sobre a questão da escolaridade de ensino superior, onde mostra a importância e a necessidade da presença povos, que os mesmos tenham acesso a esse espaço. Nessa linha de raciocínio o autor traz a fala do diretor da FAV/UFG que defende que “produzir conhecimento e arte é a melhor forma possível para a faculdade enfrentar e superar desafios” (MOTTA, 2018, p.04), e que a instituição não deve e nem tem o papel de excluir uma parcela de população, mas sim ela é um espaço onde todos devem estar, ou seja, ter acesso e participar na produção de saberes.

Nesse sentido, Ana Lúcia Aguiar Melo e José Luiz de Moura Filho (2018), mostram que as instituições de ensino “na primeira década de 2000, seguindo a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a partir da autonomia institucional, passam adotar ações afirmativas por meio de cotas o que resulta em democratização do ensino superior em termos de acesso e permanência” (MELO; FILHO, 2018, p.04).

Pois bem, estes autores estão colocando que existiam certos grupos de população que não tinham os mesmos direitos de oportunidades de acesso ao ensino superior, é por isso que no ano acima referida foram criadas essas ações para poder abarcar essa parcela da população que ao longo dos anos foram retirados esses direitos (MELO; FILHO, 2018) Para isso, gostaríamos de apresentar o seguinte problema de pesquisa: Como se dá o processo de entrada e permanência de estudantes indígenas e quilombolas na Unilab/Ce através de Edital de nº 33/2017.2.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira até o ano de 2016, disponibilizava os meios convencionais de entrada na instituição: seja pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), SISU (Sistema de Seleção Unificado), Cotas, sejam elas, raciais, sociais, alunos oriundos de escola pública, etc.

Porém foi a partir do edital nº 33/2017.2¹, disponibilizado no site dessa instituição, é que se estabeleceu um diferencial para fomentar ou promover a entrada desses estudantes, indígenas e quilombolas, no ensino superior gratuito, segundo o referido documento:

Poderão concorrer as vagas ofertadas neste Edital candidatos/as pertencentes aos grupos de quilombolas e indígenas residentes no Ceará oriundos de qualquer percurso escolar, que tenham concluído ou venham a concluir o Ensino Médio até a data da matrícula na Unilab/Ce (UNILAB, 2017, p.01).

Para melhor entender a dinâmica de acesso a cursos de graduação no país, de acordo com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), no censo da educação superior no Brasil, no ano de 2017 foram apontados um total de 2.448 instituições de ensino, dentre as quais: “Há 296 IES públicas e 2.152 IES privadas. Em relação às IES públicas: 41,9% estaduais (124 IES); 36,8% federais (109); e 21,3% municipais (63)”(INEP, 2017, p.05).

Evidentemente o que pode ser percebido é que até 2017, há uma predominância de IES (Instituição de Ensino Superior) privadas no país. O que mostra que com essa extensão, os negros e quilombolas terão poucas “oportunidades” de ingresso pelo obstáculo financeiro.

¹ www.unilab.com.br

Somando-se a esses dados acima inseridos a observação que se chega é que “a maioria das universidades são particulares (53,3%)”; o que os dados nos mostram é o seguinte “entre as IES privadas, predominam as faculdades (87,3%); Quase 3/5 das IES federais são universidades e 36,7% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)” (INEP, 2017, p.04).

Conforme ainda a pesquisa do perfil dos graduandos da IFES 2014, do FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis), destaca-se que:

Do total dos graduandos que ingressaram na modalidade Cota de Escola Pública/ Renda bruta per capita igual ou inferior a 1,5 SM, 59,04% são brancos, 29,26% pardos, 2,59% Amarelos, 0,28% Preto Quilombola, 4,9% Preto Não Quilombola, 0,21% Índios (Aldeados ou não) e 3,72% “Sem declaração” de cor (FONAPRACE, 2014, p.147).

No entendimento originado do levantamento acima é que dos números de graduandos que entram no ensino superior via cota para alunos de escolas públicas, na sua maioria ainda são brancos. Em outras palavras, faz-se uma crítica a esse processo que ainda não alcança a esses grupos da população historicamente excluídos dos espaços educacionais.

Esse debate se faz necessário pois, de acordo com Silva (2012), os/as estudantes indígenas e quilombolas fazem parte da sociedade brasileira como um todo:

A nossa sociedade como resultado da organização e mobilizações dos movimentos sociais, se descobre plural, repensa seu desenho: o Brasil não tem uma identidade nacional única! Somos um país de muitos rostos, expressões socioculturais, étnicas, religiosas, etc. As minorias (maiorias) sejam mulheres, ciganos, pessoas negras, idosas, crianças, portadoras de necessidades especiais, etc. reivindicam o reconhecimento e o respeito aos seus direitos (SILVA, 2012, p.01).

Deste modo o que nos provoca a fazer tais questionamentos é de como esses estudantes, no edital ofertado pela UNILAB, indígenas e quilombolas ingressam no ensino superior público e nele permanecem. Observando que estes estudantes, por vezes, constroem suas perspectivas de melhoria de vida e de sua comunidade, através do ensino superior.

Segundo Silva (2012), além de todas as características que levam um indivíduo buscar o ensino superior, indígenas e quilombolas buscam algo a mais: a representatividade. Por esse motivo o autor salienta que “as ideias de uma identidade e cultura nacional escondem as diferenças sejam de classes sociais, gênero, étnicas e etc. ao buscar uniformizá-las” (SILVA, 2012, p. 02).

Diante desses aspectos, procurarei investigar as seguintes problemáticas: como se dá o processo de entrada e permanência desses estudantes indígenas e quilombolas na Unilab-Ce, através de edital específico nº 33/2017.2? E ainda, de modo complementar: quais as motivações desses estudantes a ingressar na Universidade; quais os seus acontecimentos

significativos são vividos por esses ingressantes no contexto acadêmico; quais são as suas percepções sobre a sua vida estudantil na Unilab-Ce; que desafios mais pertinentes enfrentam para permanecer na Universidade?

Nesta pesquisa procurarei entender, portanto, os afetos que esses estudantes tiveram no decorrer de sua entrada e passagem no ensino público superior. Terei o cuidado de observar essas experiências e suas diferentes percepções construídas na perspectiva de sua participação no contexto universitário. Afinal, a universidade é um espaço de diversidade, seja cultural, religiosa etc. e através dessa diversidade é que foram criadas essas políticas educacionais que englobam a todos, segundo a ideia da universalidade como demonstra a lei.

Terei como base para participação na pesquisa, estudantes ingressantes na UNILAB, no Ceará, no curso de Pedagogia, através do edital específico nº 33/2017.2. Nessa instituição, que se localiza no maciço de Baturité, especificamente no município de Redenção-Ce, com cerca de 26.415 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE de 2010.

Assim sendo, compreendo a relevância que essa pesquisa possui para toda a comunidade acadêmica, uma vez que confere também um estímulo aos demais pesquisadores para identificar as peculiaridades desses processos de entrada de estudantes através de distintos marcadores sociais, no caso suas condições de indígenas e quilombolas. Sobre esse olhar mais interseccional no entendimento dos processos e experiências sociais, Vanessa Carolina Silva e Wilker Solidade Silva, (2018) propõem que:

Defendendo o entrecruzar desses dados, se evidenciam possibilidades para a produção de pesquisas com eixo nessa temática, principalmente no que se refere ao reconhecer em números os estudantes negros, deficientes, quilombolas, etc. em suas particularidades, construindo material empírico para que as IES do país possam planejar práticas positivas para uma interpretação interseccional das identidades de seus estudantes e, por conseguinte, construir espaços de formação realmente inclusivos (SILVA; SILVA, 2018, p.569).

Nesse aspecto podemos pensar que a articulação dos marcadores sociais da diferença é importante também para formação e produção do conhecimento, aglutinando origem, raça, cor, etnia. Uma vez que o que torna possível o acesso desses estudantes indígenas e quilombolas na universidade é efetivação de políticas públicas educacionais afirmativas desses sujeitos e de seus saberes dentro do cenário acadêmico.

OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender o processo de entrada e permanência de estudantes indígenas e quilombolas na Unilab-Ce, através de edital específico nº 33/ 2017.2.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar o que motivou esses estudantes à saírem dos seus lugares de origem para estar na Universidade;
- Descrever os acontecimentos significativos do ingresso desses estudantes através de edital específico nº 33/ 2017.2.
- Entender as percepções desses estudantes sobre a sua vida estudantil na Unilab-Ce;
- Identificar os desafios pertinentes que esses estudantes enfrentam para permanência na Universidade;

JUSTIFICATIVA

São inúmeras e diversas as razões que me fizeram pesquisar sobre os povos indígenas e quilombolas, no tocante ao ensino superior. Tais motivações tiveram um cunho pessoal, social e formativo. Começo falando de minha infância, através de minha ancestralidade, pois venho de uma “mistura”, incrível de “raças”. Do lado materno, avô “de origem portuguesa” e avô “de origem afrodescendente”, e o lado paterno, avô “de origem Indígena”, e avô “de origem alemã”. São histórias que escuto desde a minha tenra idade.

A partir das aulas de “Estudo sobre os Povos Indígenas no Brasil”, ministradas pela professora doutora Caroline Farias Leal Mendonça, na UNILAB, pude perceber que meu interesse só aumentava, pois surgiram para mim muitas questões e dúvidas sobre os povos quilombolas e indígenas. Principalmente seus ingressos junto ao ensino superior, no caso, dessa própria instituição.

A entrada e permanência de estudantes indígenas e quilombolas em uma universidade pública federal, na sua grande maioria, pelo que pude perceber, é vista com muito orgulho pela comunidade de onde vieram, ou seja, sendo uma oportunidade de ter um diploma em mãos, retornar para os seus lugares de origem e então repassar o conhecimento e as experiências ali adquiridas.

Estudo com algumas pessoas que se auto declaram indígenas e quilombolas e que também ingressaram na Unilab-Ce, através do edital específico 33/2017.2. E a ânsia de estudar e aprender, que vejo nesses alunos (as), mobilizou-me a estar atenta às suas questões, motivações, inquietações, etc.

Portanto venho através deste trabalho, entender como esses (as) estudantes inserem-se na Universidade, como forma de realização pessoal, representatividade de seu povo e também como forma de reparação do governo, por se tratar de uma dívida histórica da colonização. Conforme Silva (2012):

Pois as ideias de uma identidade e cultura nacional escondem as diferenças sejam de classes sociais, gênero, étnicas e etc. ao buscar uniformizá-las. Negando também os processos históricos marcados pelas violências de grupos politicamente hegemônicos. Negando ainda as violências sobre grupos a exemplo dos povos indígenas e os oriundos da África que foram submetidos a viverem em ambientes coloniais. Observemos ainda que as identidades nacionais além de serem fortemente marcadas pelo etnocentrismo são também pelo sexíssimo: se diz o mulato, o mestiço, o pernambucano, acentuando-se o gênero masculino (SILVA, 2012, p.02).

Diante disso, o impacto que a presença de estudantes indígenas e quilombolas tem perante a sociedade e também diante da comunidade a qual pertencem é de fundamental

importância que esse fenômeno seja analisado de forma mais profunda, sendo abordados aspectos de como se dá não só o ingresso desses estudantes na Universidade, mas também seu percurso estudantil, a permanência dos mesmos nesses espaços.

Além de colaborar em minha formação como estudante do Bacharelado em Humanidades, tal investigação me fará compreender esse fenômeno humano e social, no onde diferentes identidades ocupam um mesmo espaço, a universidade, que pode ser potencializada por essa pluralidade de sujeitos e de saberes. Para Silva:

Faz-se necessário, então, desconstruir a ideia de uma suposta identidade genérica nacional, regional. Questionar as afirmações que expressam uma cultura hegemônica que nega, ignora e mascara as diferenças socioculturais. Uma suposta identidade e cultura nacional que se constituem pelo discurso impositivo de um único povo. Uma unidade anunciada muitas vezes em torno da ideia de raça, um tipo biológico a exemplo das imagens sobre o mulato, o mestiço, o nordestino, o sertanejo, o pernambucano, dentre outras (SILVA, 2012, p.01).

Através de um olhar mais interdisciplinar, os ingressos e percursos de povos indígenas e quilombolas, na universidade pública federal, é significativa e pertinente, pois será uma benesse para entendermos esse fenômeno recente de forma mais significativa.

O curso de Bacharelado em Humanidades em sua matriz curricular nos proporciona um contato bastante abrangente com os diferentes “sujeitos sociais” e uma melhor percepção de suas vivências históricas e culturais, conforme consta no seu Projeto Pedagógico do curso:

Humanidades é uma área do conhecimento ampla e complexa, que tem instrumentos capazes de conscientizar o homem sobre o seu papel no contexto sociocultural onde se insere, portanto, os currículos dos Cursos que nela se inscrevem devem permitir a formação voltada para o real, evidentemente que dentro de uma perspectiva eminentemente interdisciplinar. Assim, o conjunto de experiências proposto pelo Curso de Bacharelado em Humanidades deverá atuar como instrumento educativo que permita ao estudante conhecer o contexto histórico em que se insere e nele atuar de forma consciente (PPC, 2013, p.19).

Nota-se que a proposta deste curso, é efetiva ao ter como horizonte a construção de um pensamento crítico acerca de assuntos que em sua maioria são silenciados socialmente, como a ideia de um corpo indígena ou quilombola que transcende seu espaço tradicional e passa a transitar em outros âmbitos, como o universitário, é promovida de modo a tentar superar as falsas representações socialmente difundidas e que, sem tais problematizações, acabamos aderindo como realidade. Nisso esses ideais construídos são desmistificados a medida em que se convive e se aprende com o outro, pois o conhecimento surge também nas singularidades do convívio e é proporcionado por essa mútua troca.

Já na problematização deste projeto, foi apresentada a necessidade por conhecer as motivações desses estudantes de ingressarem na universidade pública, que se soma ao diferencial que é a Unilab-Ce, por se tratar de uma instituição educacional que busca e fortalece as políticas de integração intercultural, o que torna esse espaço mais acessível para indígenas e quilombolas.

Para as ciências humanas e sociais, pesquisar sobre as populações originárias é de fundamental importância para o entendimento da sociedade como um todo, pois nos instiga a ter uma visão diferenciada da formação envolta por e com sujeitos com distintos marcadores sociais. Diante disso Ratts (2012) aponta que:

O Ceará enquanto recorte político, jurídico e cultural do estado brasileiro, tem problemas e condições específicas em sua história e geografia para fundamentar uma compreensão que vá além das noções comuns que permeiam as instituições da educação básica e superior de um país “mestiço” e harmônico. É nos mesmos sítios educacionais que uma estratégia plural de reconhecimento da diferença e da desigualdade étnica e racial está em curso (RATTS, 2012, p.12).

Desse modo, a pesquisa estará atenta à realidade social desses indivíduos neste processo de adaptação e apropriação desse novo espaço, a universidade. Assim, ao me voltar para os marcadores sociais constitutivos de suas experiências, fundamentarei melhor a análise de vivências na universidade, levando em consideração também os trabalhos nas suas comunidades, suas práticas e costumes.

Tendo em vista aspectos estruturais de localização, os estudantes indígenas e quilombolas que chegam a cursar na Unilab-Ce, não só obtêm conhecimento acadêmico, mas também cooperam para com a proposta de integração pela interiorização e internacionalização da universidade, que não só beneficia a comunidade acadêmica, mas a todo um campo de relações e espaços sociais para além de seus muros.

O estudo servirá como porta de entrada para outros estudantes de outras comunidades que venham a ter interesse de ingressar em uma universidade com propósito de se profissionalizar e contribuir com suas localidades. O empoderamento desses povos, indígenas e quilombolas, poderá criar debates e aumentar suas reflexões tanto para suas comunidades quanto para os estudantes da universidade, como exemplo disso, a Unilab-Ce chega a ser estratégica, pois por conta da sua localidade permite que estes estudantes possam estar em suas casas aos fins de semana, assim não se desvinculando do cotidiano de suas origens.

4. INTERLOCUÇÕES TEÓRICAS

Nesse tópico falaremos um pouco sobre a educação superior no Brasil, no tocante aos índices da última pesquisa feita pelo INEP no ano de 2017, que dialogam com autores como: Queiroz, (1996), Ratts, (2016) e Silva e Silva (2018). Onde, de modo geral, percebe-se ainda um crescente número de matrículas em instituições de ensino particular.

4.1 Educação Superior no Brasil

Ao falar da educação superior no Brasil, vale salientar que estamos nos referindo a um país, que ao longo dos anos o debate sobre a educação superior não “pautava” a inclusão de todas as camadas sociais para com que tenhamos uma educação de universal e de qualidade. Esse horizonte educativo veio a ter mais incrementos nos últimos anos, com o maior número das universidades públicas federais e ações afirmativas.

No entanto, ao olharmos para os últimos Censos do Ensino Superior os dados mostram uma realidade complexa e ainda pouco acessível para muitos estudantes. De acordo com o último censo feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2007, havia cerca de 5 milhões de matrículas em cursos de graduação, enquanto que em 2017, chegou-se a 8,3 milhões. Entretanto, “As IES privadas têm uma participação de 75,3% (6.241.307) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 24,7% (2.045.356)” (INEP, 2017, p. 14).

Ou seja, por esses dados podemos observar que o ensino superior no Brasil prevalece ainda o acesso a instituições “particulares”, cujo acesso exige a disposição financeira, e, como para muitos não há essa possibilidade, acabam por pleitear as insuficientes vagas no ensino público. Ainda sobre esse ponto, nesse censo, podemos entender esse cenário das Instituições de Ensino Superior disponíveis no país:

Há 296 IES públicas e 2.152 IES privadas. Em relação às IES públicas: 41,9% estaduais (124 IES); 36,8% federais (109); e 21,3% municipais (63); A maioria das universidades é pública (53,3%); Entre as IES privadas, predominam as faculdades (87,3%); Quase 3/5 das IES federais são universidades e 36,7% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) (INEP, 2017, p. 04).

Dessa maneira, diante dos resultados mostrados pela pesquisa acima, nota-se que o ensino superior no Brasil, está ligado ao: “acesso ao ensino superior está historicamente relacionado ao alcance e manutenção de privilégios, o que explica o seu caráter fortemente seletivo” (QUEIROZ, 1996, p.01).

Ainda nesse contexto, falando sobre o ensino superior no Brasil, mesmo com o grande crescimento de universidades públicas e particulares, esse crescimento não proporcionou o pleno acesso para que todos conseguissem entrar na universidade, principalmente as populações negra e indígena.

O que podemos destacar é que todo cidadão tem direito a escolaridade de qualidade, mas esse fato não se verifica por parte dos sujeitos que nos referimos, ou seja, indígenas e quilombolas. Assim, como para maioria da parcela populacional socioeconomicamente desfavorecida do país.

Nesse sentido, mesmo com a ampliação das vagas nas universidades não foi possível superar os problemas que estavam voltados para as Instituições de Ensino Superior, como exemplo, o crescimento econômico. Para o autor:

A grande expansão das vagas, nas universidades, ocorrida nos anos 60 e 70 não foi capaz de mudar essa característica. A ampliação do acesso não foi acompanhada por um processo de democratização na participação nas áreas e cursos no interior da universidade. No contexto de uma política voltada para promover o crescimento econômico do país, a partir do financiamento externo, tal expansão visava a preparação de recursos humanos para suprir as necessidades futuras de mão-de-obra demandada pelo processo de crescimento, através da formação de cientistas, pesquisadores e técnicos. Esse processo, ao contrário de democratizar oportunidades, parece ter mantido e, até mesmo, aprofundado a seletividade que marca esse nível (QUEIROZ, 1996, p. 01).

Evidentemente o problema dessa desigualdade deve ser compreendido de maneira séria e responsável. Pois para Queiroz (1996), entende-se que deveria ter uma equidade com relação ao tratamento, tanto para indígenas quanto para quilombolas no ensino superior, pois essa “indiferença”, quase “apagamento” vem desde muitos anos, dos tempos da colonização até os dias atuais, mesmo com a constituição de 1988 que outorga direitos dessas populações.

É importante ressaltar o contexto histórico do porquê dessas populações terem sido esquecidas e invisibilizadas no Brasil. Segundo Alex Ratts (2016), explica que:

O período que para as Américas compreende os processos combinados de colonização, escravização (ameríndia e africana), cristianização e imigração é interpretado como universal, sendo que também é diferenciado e desigual. As noções de “negro”, “africano”, “indígena”, “escravo” foram e são redefinidas neste horizonte por agentes hegemônicos e outros subalternizados. São imagens em confronto. Nossa formação socioespacial está repleta destas nomeações e marcações, sem que isto resulte em garantia de defesa de indivíduos, grupos e territórios racializados e etnicizados (RATTS, 2016, p.06).

Através dessa citação compreendemos que a questão histórica tem ainda muito impacto principalmente quando se refere a questão do ensino superior para os indígenas e quilombolas

em específico. Ainda de acordo com autor, “a demografia contemporânea mantém parte das denominações individuais e coletivas que se situam entre a linguagem popular e a utilizada pelo estado para a identificação étnica e racial, assim como entre os (as) estudiosos (as) deste campo” (RATTS, 2016, p.06). É por isso, que ele explica a continuidade de denominações para poder caracterizar e menosprezar estes grupos minoritários.

Nesse sentido, o autor ainda destaca que “a ideia de “pessoa de cor” não se coloca hoje, mas persiste a concepção de que alguns indivíduos são mais marcados racialmente que outros” (RATTS, 2016, p.09). O que se coloca é que esse termo é criticado pelo fato de não ter nenhuma fundamentação a lhe sustentar como base. Por isso, hoje é possível dizer que não é adequada, embora seu significado possa transitar ou resistir em outras denominações.

Não podemos esquecer também que através destas denominações são produzidas discriminações que tem marcado a história de indígenas e quilombolas nos dias atuais, inclusive nos espaços educacionais. Por isso, a perspectiva de fortalecimento da presença desses sujeitos é relevante, pois como defendem os autores na citação abaixo:

As últimas duas décadas foram marcadas por manifestações diversas, lutas e conquistas de acesso ao Ensino Superior por uma maior diversidade de grupos sociais. Grupos até então com pouca ou nenhuma representatividade nas academias brasileiras exigiram dos governantes políticas afirmativas que viabilizassem seu acesso de forma igualitária (SILVA e SILVA, 2018, p. 571).

Com base nisso, podemos pensar que esses (as) estudantes indígenas e quilombolas ingressantes por Edital específico na Unilab/Ce, participam diretamente da manutenção e ampliação dessas conquistas. Tornando essa pesquisa mais expressiva para podermos identificar aspectos significativos desse fenômeno em todas as suas dimensões sociais, além do ingresso, o percurso e desafios enfrentados para permanecer na universidade.

4.2 Ações Afirmativas

Para falar de políticas de ações afirmativas gostaríamos de lembrar um pouco de como surgiu o termo e como ela foi tratada antes de chegar no Brasil. É interessante rever estas questões porque entendemos que nos dará mais base para explicar de maneira mais clara este problema. É importante também ressaltar que quando estas ações afirmativas chegaram aqui no Brasil para ela ser implementada existiam diversas opiniões sobre a sua aplicabilidade. Allan Coelho Duarte (2014), afirma que:

O termo ação afirmativa (*affirmative action*) surgiu no início da década de 60, quando os EUA definiram medidas que viriam a ser adotadas pelo governo, para corrigir ou minimizar os efeitos perversos da discriminação racial no país. Buscava-se combater o preconceito, que atingia proporções, há muito, alarmantes (DUARTE, 2014, p.07).

O autor nos mostra diretamente que estas políticas existem para proporcionar um equilíbrio, ou seja, ninguém pode ser discriminado e sofrer prejuízos de acesso a oportunidades, bens e espaços sociais, porque a própria lei não permite e aponta para a necessidades de ações que minimizem tais efeitos. Por isso que o Supremo Tribunal Federal referendou por unanimidade que as ações afirmativas precisam ser elaboradas e implementadas como obrigatórias no ensino superior para estas minorias. Em uma análise sobre a constitucionalidade dessas políticas, Duarte (2014) aponta que:

Conforme visto até aqui, é fácil simpatizar com a potencial efetividade e com o ideal de justiça das políticas de ações afirmativas. Já quando se trata especificamente do sistema de cotas, os ânimos se exaltam e a relativa harmonia de opiniões desaparece por completo [...] imediato, em relação ao mérito, a ADPF já descartava quaisquer inconstitucionalidades quanto à utilização de ações afirmativas como política necessária para a inclusão de minorias. O que se questionou, na realidade, foi o critério racial adotado pela UnB (DUARTE, 2014, p. 11-12).

Através desta citação podemos perceber que os de opinião favorável às políticas de reservas de vagas e ações afirmativas, em geral, argumentam que estas são medidas temporárias, usadas como forma de combater a discriminação, seja social ou racial, e de corrigir uma dívida histórica. No entanto, mesmo assim, existem ainda posicionamentos contrários relativos à sua aplicabilidade, porque estes últimos entendem que para um país como o Brasil, com sua diversidade não se pode usar políticas como estas porque fere a 'meritocracia'. Com base no que observamos no Censo do Ensino Superior é pertinente refletir sobre a quantidade insuficiente de vagas e matrículas nas instituições públicas e o quanto as ações afirmativas cumprem um papel relevante nesse quadro nacional.

Diante dos debates em torno das políticas de ações afirmativas, o que podemos perceber é o seu propósito histórico de proporcionar uma mudança nos cenários educacionais pela entrada de sujeitos sociais e, sobretudo, de seus saberes, questões e interesses de pesquisa. Dentro desse processo, quando estas políticas, ou seja, propostas chegaram no Brasil, seguiram um caminho que Moehlecke (2009), na citação abaixo descreve:

Foram ainda encaminhados pelo MEC para apreciação no Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 3.627/04, que destina um percentual de vagas nas IFs para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, e o Projeto de Lei n.7.200/06, que propõe uma reforma para a educação superior brasileira, em que se estabelecem, entre outras coisas, políticas de ações afirmativas para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas. Os programas dirigidos ao acesso ao ensino superior seguem, basicamente, três linhas: programas de concessão de bolsas de estudo e/ou financiamento, como o Programa Universidade para Todos – Prouni – e o Programa de Financiamento Estudantil – Fies; programas para o aperfeiçoamento de estudos, como os cursos pré-vestibulares e o Programa de Tutoria; projetos de destinação de percentual de vagas em instituições de ensino superior públicas, como propõe o PL n. 3.647/04 (MOEHLECKE, 2009, p. 477).

Portanto, é importante ressaltar que estas políticas foram retomadas duas últimas décadas, principalmente nos anos de 2003 para cá, quando floresce este debate em virtude também do impacto da pressão de movimentos sociais e movimentos estudantis por políticas que tornassem o ensino superior e as IES públicas mais ocupadas por classes sociais, grupos étnico-raciais e tantas outras minorias historicamente excluídas.

A defesa da aplicabilidade e aprimoramento das ações afirmativas se faz permanente, porque ainda se entende que essa discussão merece ser retomada, pois, negros, indígenas e quilombolas precisam destas políticas para diminuir ou pelo menos amenizar a desigualdade social que há tempos os distancia desses espaços educacionais.

4.3 Indígenas e Quilombolas na Educação Superior

Nessa parte falaremos um pouco sobre a educação superior e a população indígena e quilombola, e também traremos alguns dados estatísticos que podem ajudar na compreensão com relação ao acesso desses povos ao ensino superior no Brasil. Para isso, alguns dados de um levantamento promovido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), ilustram acerca dessa realidade do perfil de estudantes de IES federais:

Outra constatação importante diz respeito à origem escolar do público pesquisado. Deve-se ter claro que a maioria (60,16%) fez toda a sua trajetória da educação básica integralmente na rede pública, destacando que quanto mais recente for o ingresso, maiores são os valores alcançados, sendo que aqueles (as) que ingressaram após 2013

já correspondem a 64,53% de estudantes com vida escolar exclusiva em instituições públicas. Todavia, há discrepâncias relevantes a serem destacadas, pois a clivagem racial demonstra uma relação direta entre cor da pele e origem escolar, comprovadas pelo quantitativo de 68% de pardos, 75,6% de pretos não quilombolas, 78,3% de pretos quilombolas, 66,9% de indígenas não aldeados e de 85,7% de indígenas aldeados cuja origem escolar está vinculada absolutamente às escolas públicas. Deve-se reconhecer que, para além de políticas afirmativas para negros e indígenas, as políticas de permanência para remanescentes de quilombos e indígenas aldeados merecem destaque no rol das ações de assistência estudantil (FONAPRACE, 2014, p.246-247).

As reflexões expostas acima mostram o quanto a desigualdade social dificulta o acesso e pode vir também a permear o processo de entrada de indígenas e quilombolas e negros mesmo que nas instituições públicas de ensino superior. Destaca-se, portanto, que o fator étnico-racial é um dos elementos participantes do perfil socioeconômico de estudantes oriundos de escolas públicas. Uma articulação dos marcadores sociais a preencher as experiências discentes. Feito isso, a conclusão que se chega é que estas políticas merecem ser levadas em conta porque assim ajudarão para o fortalecimento de uma educação de qualidade e de igualdade entre “povos” a qual já destacamos.

Nesse sentido, compreende-se a importância do Programa Bolsa Permanência (BPC), criado por conta da “evasão”, de estudantes que atestam não ter condições financeiras favoráveis. Essa bolsa facilitou muito para que esses (as) estudantes permaneçam na universidade para concluir o ensino superior.

Podemos pensar um pouco sobre diversos auxílios, bolsa permanência, auxílios moradia, refeição e transporte, que são destinados aos estudantes, tanto indígenas e quilombolas como estudantes de baixa renda econômica, com a finalidade de atuar sobre as necessidades de acolhimento desses (as) alunos como forma de reparação de um direito garantido bem como sua permanência nesse espaço que é a universidade.

Esses corpos que, há muito tempo foram silenciados e invisibilizados dentro de determinados espaços educacionais, inclusive as universidades, contribuíram no fomento das políticas de ações afirmativas e diante disso, trouxeram para o espaço público essas múltiplas identidades:

Nas últimas décadas em novos cenários políticos, os movimentos sociais com diferentes atores conquistaram e ocuparam seus espaços, reivindicando o reconhecimento e o respeito às sociodiversidades. Identidades foram afirmadas, diferentes expressões socioculturais passaram a ser reconhecidas e respeitadas, mudanças de atitudes que exigiu discussões, formulações e fiscalizações de políticas públicas que respondam as demandas de direitos sociais específicos e diferenciados. A nossa sociedade, como resultado da organização e

mobilização dos movimentos sociais, se descobre plural, repensa seu desenho: o Brasil não possui uma identidade nacional única! Somo um país de muitos rostos, idosos, crianças, portadoras de necessidades especiais etc. – reivindicam o reconhecimento e o respeito de seus direitos (SILVA, 2012, p. 218-219).

Essas “políticas educacionais”, ainda conforme Silva, (2012) foram agregadas aos “Parâmetros Curriculares Nacionais”, juntamente com a perspectiva de um diálogo originado na diversidade de saberes. Entrando em acordo com Moehlecke, que propõe:

A definição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – n. 9.394/96, de um capítulo específico para tratar da educação especial, de artigos direcionados à educação indígena e do estabelecimento do dia 20 de novembro como dia da Consciência Negra revela a mesma preocupação. Vale mencionar ainda o Plano Nacional de Educação de 2001, que destinou capítulos específicos para educação especial e a educação indígena (MOEHLECKE, 2009, p.05).

Apesar disso, tais parâmetros, equivalem aos processos separadamente com relação as diferenças existentes no nosso país, através da organização do “Ministério da Educação”. Para tal observamos que mesmo com tais leis ainda temos um longo caminho de luta pela frente.

5. METODOLOGIA

Anunciaremos esse tópico da metodologia, dissertando sobre a pesquisa qualitativa, aliada ao levantamento de dados, através de entrevistas narrativas, dialogando, conforme os autores Flick, (2013), Malheiros, (2011) e Creswell, (2010), com o intuito de saber as percepções desses (as) estudantes indígenas e quilombolas.

5.1 Método de Pesquisa

Utilizaremos nessa pesquisa uma abordagem de pesquisa qualitativa no intuito de compreender e analisar esses fenômenos de forma exploratória consistindo em fazer uma análise dos aspectos mais profundos, relacionados às experiências e os sentidos construídos no processo de entrada de estudantes indígenas e quilombolas na Universidade, de modo a destacar as particularidades dessas histórias vividas, por meio de entrevistas que venham a valorizar as narrativas desses sujeitos (FLICK, 2013).

Desejamos executar esse trabalho com ponto de vista qualitativo, conforme falado anteriormente, pois: “A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p.26). Para a produção dessa pesquisa, portanto, buscaremos o entendimento das experiências referentes a esse fenômeno vivido pelos (as) estudantes mencionados (as).

Ainda na pesquisa qualitativa, como característica é: abordagens mais amplas, fazendo com que o (a) sujeito pesquisado (a) expresse sua subjetividade, com seus “significados” mais abrangentes, narrando os acontecimentos com a rica e complexa exposição de seus pensamentos e afetos, conforme cita Flick (2013):

A pesquisa qualitativa lida com as questões usando uma das três seguintes abordagens. Ela visa (a) à captação do significado subjetivo das questões a partir das perspectivas dos participantes (p. ex., o que significa para os entrevistados experienciar seus estudos universitários como um fardo?). Com frequência, (b) os significados latentes de uma situação estão em foco (p. ex., quais são os aspectos inconscientes ou os conflitos básicos que influenciam a experiência do estresse por parte do estudante?). É menos relevante estudar uma causa e o seu efeito do que descrever ou reconstruir a complexidade das situações. Em muitos casos, (c) as práticas sociais e o modo de vida e o ambiente em que vivem os participantes são descritos (FLICK, 2013, p.23).

Nessa pesquisa iremos, portanto, realizar alguns procedimentos que vão desde a realização de ferramentas de entrevistas semiestruturadas, com diálogos, encontros, bem

como registros e análise das narrativas dos (as) estudantes, de modo a atender uma diversidade de informações dos (as) participantes.

Partindo do princípio que as narrativas das experiências vividas são relatadas preponderantemente de forma verbal, entendemos que será mais viável e proveitoso, o registro dessas expressões, o que, mais uma vez, fortalece a escolha por um estudo qualitativo. Pois para Flick (2013), configura-se que: “Uma vantagem da pesquisa qualitativa é que uma análise detalhada e exata de alguns casos pode ser produzida, e os participantes têm muito mais liberdade para determinar o que é importante para eles e para apresentá-los em seus contextos” (FLICK, 2013, p.25).

Dessa forma, entendemos que essas narrativas em forma de histórias, esclarecem de forma mais rica os aspectos que se pretende investigar com os objetivos deste projeto. Assim, a pesquisa narrativa valida esses procedimentos para a elaboração e validação das informações trazidas pelos/as participantes.

Pesquisa narrativa é uma forma de investigação na qual o pesquisador estuda a vida das pessoas e pede a uma ou mais pessoas para contar histórias sobre sua vida. Essas informações, então, são recontadas e recriadas pelo pesquisador em uma cronologia narrativa (CRESWELL, 2010, p.32).

Isto posto, essa metodologia contribuirá para alcançar os objetivos dessa pesquisa, trazendo, em forma de narrativas, as motivações desses estudantes a saírem dos seus lugares de origem para estar na Universidade e seus acontecimentos significativos após o ingresso.

Dessa maneira, as pesquisas narrativas contribuem para os propósitos lançados neste projeto ao agregar para a investigação as suas três propriedades fundamentais relacionadas ao ato de narrar, que são elas:

Cronológicas, Significativas e Sociais. Cronológicas porque seu desenvolver segue a linha do tempo em relação aos acontecimentos que narra, significativas porque devem considerar somente os fatos que contribuam para responder o problema que foi proposto e sociais porque não almejam conhecer a história de uma pessoa específica, mas utiliza-la para entender tal fenômeno em uma visão maior. (MALHEIROS, 2011, p.92).

5.2 Participantes e Local de Pesquisa

Os (as) participantes dessa pesquisa serão os estudantes indígenas e quilombolas ingressantes através de Edital específico nº 33.2017.2 na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira no Ceará, que cursam Licenciatura em Pedagogia.

Para efetivação desta pesquisa, tentaremos garantir uma diversidade entre os (as) entrevistados (as) para ter uma melhor percepção desse fenômeno: o processo de entrada na

Universidade, suas motivações e experiências marcantes. Contemplando, portanto, nos critérios para participação das entrevistas, as variedades de características desses/as estudantes, quanto a território, gênero, idade. Ao apontar esses aspectos, visamos entender suas distintas motivações e percepções da vida estudantil através também da observação da articulação desses marcadores sociais.

Dando continuidade, observamos a importância das entrevistas em relação ao atendimento dos objetivos específicos desse estudo: identificar o que motivou esses (as) estudantes indígenas e quilombolas à saírem dos seus lugares de origem para estar na Universidade, bem como, descrever de forma significativa as percepções que os mesmos tiveram sobre o processo de entrada e por fim, identificar os desafios mais pertinentes para permanecerem na Unilab-Ce.

As entrevistas ocorrerão no campus do Palmares, localizado na Cidade de Acarape no Ceará. Essa cidade possui, inclusive, um componente simbólico interessante para esse estudo pois:

A região era habitada pelos índios Tapuias e Baturité sendo conhecida por vila dos índios, recebeu os índios expulsos da região de Jaguaribe. O então povoado chamava-se Calaboca. Com o pioneirismo do município, na libertação dos escravos no Ceará, houve-lhe por outorga honorária o nome de Redenção. Ainda modesto, o povoado de Calaboca quis homenagear as suas maternais origens, passando a chamar-se Acarape²

Citar esse dado sobre a cidade traz a importância histórica que a mesma carrega no nome, através de suas origens. Esse local, poderá favorecer um certo conforto e deslocamento dos mesmos (as), para a entrevista, e teremos o cuidado de procurar um espaço tranquilo para a expressão dos (as) participantes, para que não haja interrupções.

5.3 Procedimentos Metodológicos

O passo a passo da pesquisa consistirá de uma pesquisa narrativa. Para isso é interessante frisar que as experiências com relação ao ingresso desses (as) estudantes no ensino superior federal, é pertinente pois os (as) entrevistados (as) partilharão seus anseios e significados através de suas vivências ali adquiridas.

Dessa forma, e seguindo esse pensamento, após a autorização da instituição para realização da pesquisa, realizaremos seis entrevistas com um quantitativo de três estudantes

² www.unilab.edu.com/historia-acarape-2

indígenas e três quilombolas ingressantes pelo referido edital e de modo que atendam os critérios já mencionados para participação na pesquisa.

Pretendemos em seguida, realizar a entrevista narrativa com cada participante, pois conforme (Flick, 2013), esses estudantes se sentirão mais à vontade para relatar, como foi esse processo de entrada. Expressando suas motivações e emoções de como foi possível ocupar esse lugar, a universidade, e sobre os acontecimentos significativos dos seus percursos.

Na situação de entrevista seguiremos estes tópicos relacionados aos objetivos específicos: 1) conte como surgiu a vontade de estar na universidade; 2) desde o seu ingresso, narre os acontecimentos mais marcantes para você; 3) Como você percebe a sua vida estudantil na universidade? 4) que desafios você tem enfrentado para permanecer na universidade, conte situações vividas por você; 5) Gostaria de acrescentar algo mais?

5.4 Análise das informações

A fim de atingir um maior entendimento das análises dos conteúdos das narrativas, que serão coletadas no processo das entrevistas, é fundamental a utilização de algum método de análise: “A análise de conteúdo tem por objetivo classificar o conteúdo dos textos alocando as declarações, sentenças ou palavras a um sistema de categoria” (FLICK, 2013, p. 134).

O propósito dessa pesquisa é alcançar um melhor entendimento sobre o processo de entrada desses (as) estudantes indígenas e quilombolas no ensino superior, suas histórias e experiências vividas e narradas. Para isso, será indispensável a transcrição integral e rigorosa das entrevistas de modo que a análise do conteúdo alcance os aspectos de cada um dos objetivos da pesquisa.

A análise do conteúdo escrito extrai declarações adicionais do texto para explicar as passagens a serem analisadas, enquanto a análise do contexto amplo busca informações fora do texto (sobre o autor, as situações geradoras, de teorias). É deste modo que uma paráfrase explicativa é formulada e testada. (FLICK, 2013, p. 139).

Em concordância com o que foi dito pelo autor, teremos o cuidado de detalhar e transcrever tal qual será falado pelos entrevistados/as. Pois por intermédio dessas locuções será possível analisar os objetivos específicos dessa pesquisa, buscando compreender esse fenômeno, de ser estudante indígena e quilombola na Unilab-CE.

5.5 Responsabilidade ética com a Pesquisa

Esse estudo pretende ser feito por entrevista narrativa como descrito anteriormente. Iniciando esse momento, falaremos os objetivos específicos do estudo, mostrando a importância desta pesquisa, junto à universidade.

Em conformidade com (FLICK, 2013), onde o mesmo explica de forma clara e precisa, que:

(...) que a pesquisa seja realizada apenas sob condições de consentimento informado e sem prejudicar os participantes. Isto inclui uma exigência de que a pesquisa não invada de maneira inadequada a privacidade do participante e que ele seja informado com respeito aos objetivos da pesquisa. (FLICK, 2013, p. 214).

Resguardaremos as identidades dos estudantes (as), para não ocorrer constrangimentos futuros, explicitando que estão à vontade para desistir, caso não tenham mais interesse em participar das entrevistas. Serão identificados (as) por nomes fictícios que garantam seu anonimato e expressem já algo do conteúdo extraído das narrativas.

REFERÊNCIAS

HABERKORN, Ernesto. **Mapa do ensino superior no Brasil: imlemente a aprendizagem adaptativa**. Editora, Semesp, 2016.

UNILAB. História de Acarape. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/historia-acarape-2/> acessado em 14.03.2019.

UNILAB. Notícias de oferta de vagas. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2018/09/20/unilab-oferta-211-vagas-em-seletivo-especifico-para-quilombolas-e-indigenas> acessado em 20.12.2018.

UNILAB. PPC curso bhu. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/ppc-bhu.pdf> acessado em 01.03.2019>.

DUARTE, Allan Coelho. **A constitucionalidade das políticas de ações afirmativas: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa**. Brasília/ senado, 2014.

SILVA, Geranilde Costa et al. **Ensino, Pesquisa Extensão na Unilab – Caminhos e Perspectivas Fortaleza Gráfica 2017 Volume 1 Expressão – A educação e o negro no Brasil: uma breve reflexão da perspectiva histórica da inclusão do negro no processo da educação do brasil**. Fortaleza, 2017.

FLICK, W; **Introdução a metodologia de pesquisa**; Porto Alegre; ed. Penso, 2013.

JOHN W. CRESWELL **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto** Tradução Magda França Lopes, Porto alegre 2007.

TARANTO, Malheiros, Bruno. **Metodologia da pesquisa em educação**, Rio de janeiro, 2011

SILVA, Edson. **POVOS INDÍGENAS: História, culturas e o ensino a partir da lei**, UPE/revista, Petrolina, Pernambuco, 2012.

RATTS, Alecsandro J. P. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. Geosaberes, Fortaleza, 2016.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Desigualdade no Ensino Superior: Cor, status e Desempenho** UNEB/ UFBA. S/A.

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. Cadernos de Pesquisa v.39, n.137, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Vanessa Carolina e SILVA, Wilker Solidade. Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro, Rio Grande de Sul, 2018.

FONAPRACE. IV Pesquisa do perfil socio econômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras: Das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, Uberlândia Julho, 2016.

INEP. **Censo da educação superior**. Diretoria de estatísticas educacionais, Notas e estatísticas, 2017.

DIARIO OFICIAL DA UNIÃO. Imprensa nacional, PORTARIA Nº- 389 de 9 de maio de 2013. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=68 911.

Acessado 14.03.2019